

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DESIGNADO PARA O PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90219/2024- PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número **41.246.946/0001-10**, com sede na Quadra CRS Quadra 502, Bloco B, Loja 59, Parte Q1, Asa-sul, Brasília/DF, Telefone: (61) 3031-3100, CEP:70.330-520, vem tempestivamente, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

nos termos do item 8.1 do Edital da **Concorrência Eletrônica nº 90.219/2024**, com fundamento nos termos da **Lei 14.133/2021**, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, bem como com o esteio nas razões fáticas e jurídicas abaixo delineadas:

I- DA TEMPESTIVIDADE

Em observação ao disposto no item 8.5 do Edital de Concorrência Eletrônica nº 90.219/2024, que prevê a possibilidade do participante de manifestar-se quanto a sua intenção de recorrer, nesse sentido:

ITEM 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

A Recorrente vem demonstrar a flagrante tempestividade do recurso ora apresentado, tendo em vista que, em prazo inferior a 10 minutos, manifestou-se no decorrer da Concorrência Eletrônica quanto a sua intenção de recorrer, tanto

em face da sua inabilitação e da habilitação da participante Pontogov Sistemas LTDA.

Após intenções de recursos terem sido aceitas, foi encerrada a Sessão às 15h59 do dia 17 de dezembro de 2024, o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso, conforme o item 8.5 do Edital em epígrafe, cujo termo final ocorrerá no dia 20 de dezembro de 2024, restando, pois, tempestivo o presente recurso.

II-DA SÍNTESE DOS FATOS

O **Município de Schroeder-SC** publicou o Edital da **Concorrência Eletrônica nº 90.219/2024**, o qual deve ser regido pela Lei 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 6.178/2023, de 29 de março de 2023 e demais legislação aplicável, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O objeto dessa Concorrência Eletrônica é a “contratação de Prestação de serviços de **consultoria nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contraditórios ao tribunal de contas do Estado, encerramento de balanço anual, planos: plurianual, diretrizes e orçamento** na sede do Município de Schroeder/SC” (grifou-se).

No dia 13 de dezembro de 2024, após o não envio da documentação pela licitante **AUDIGES PUB-SERVIÇOS DE AUDITORIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 24.968.005/0001-70**, nos convocou para envio da proposta ajustada, conforme o edital.

A Recorrente compareceu prontamente a todas as convocações, demonstrando plena disponibilidade e diligência no cumprimento de suas obrigações processuais. Ademais, se mostrou inteiramente acessível e colaborativa, sempre disposta a sanar eventuais e a fornecer os esclarecimentos necessários sobre os documentos anexos, evidenciando seu compromisso com a transparência e o regular andamento da licitação.

Todavia, a empresa ora Recorrente foi inabilitada e fundamentou-se em um excesso de rigor gramatical, com base na ausência de um termo que, conforme analisado, não foi mencionado em nenhum dos documentos divulgados em sítios eletrônicos, são eles: Edital, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar. Tal decisão, embora formalmente justificada, revela-se excessivamente técnica, em alguns casos, sem vínculo com o edital, uma vez que não leva em consideração o contexto substancial dos elementos apresentados, que, em sua totalidade, atendem aos requisitos da qualificação técnica e formais exigidos, não havendo qualquer prejuízo material ao Município.

Subsequentemente, a licitante subsequente, **PONTOGOV SISTEMAS LTDA, CNPJ Nº 09.209.146/0001-16**, foi convocada para a apresentação da

documentação solicitada, no entanto, a referida também não atendeu integralmente aos requisitos estabelecidos, conforme evidenciado pela análise técnica realizada, a qual serviu de fundamentação para a inabilitação da recorrente. Tal situação reforça a inconsistência no cumprimento das exigências do certame, não obstante o caráter preclusivo dos princípios formais que regem o procedimento licitatório.

Outrossim, a empresa **ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA**, ora Recorrente, apresentou proposta exequível vantajosa para a Administração, estando totalmente apta a atender as solicitações do **MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC** e detendo todas as garantias de execução do serviço.

Desta forma, e com fundamento inclusive no art. 164, inciso I, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, interpõe-se o presente recurso, por intermédio do qual será comprovada a existência de justa causa para a habilitação da Recorrente.

III- DA NECESSÁRIA REFORMA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

Conforme preceitua o item 7.4 do edital, relativo à qualificação técnica, foi exigido o fornecimento de atestado de capacidade técnica emitido **por pessoa jurídica de direito público ou privado**, que comprovasse o conhecimento do **sistema Betha**. Em primeiro plano, cumpre salientar que a expressão "pessoa jurídica de direito público ou privado" não restringe de maneira exacerbada o rol de entes habilitados a emitir os atestados, conferindo, portanto, amplitude ao universo de formalizadores dos mesmos.

Em segundo plano, a exigência de comprovação do "conhecimento do sistema Betha" não implicou, de forma alguma, na obrigação de apresentar atestados que demonstrassem a utilização de todos os módulos do referido sistema, sendo este um requisito que se limita ao conhecimento geral do sistema, sem adentrar a especificidade de suas funcionalidades ou módulos. Assim, a interpretação do edital deve ser feita de forma a assegurar a efetividade da qualificação técnica, sem desconsiderar o espírito da norma e a flexibilidade necessária para sua adequada aplicação. Logo abaixo, segue o trecho do edital salientando a necessidade de conhecimentos do sistema Betha.

7.4 PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.4.1.1. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste conhecimento dos sistemas Betha

7.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

O parecer elaborado pela equipe técnica, ao qual se atribuiu a análise da documentação apresentada pela Recorrente, trouxe à tona a exigência de uma descrição detalhada do conhecimento de cada módulo do sistema Betha.

Contudo, vale ressaltar que tal requisito não foi explicitamente previsto ou formalmente especificado em nenhum dos documentos previamente divulgados, seja no Edital ou em qualquer outro instrumento de comunicação acessível a todos os licitantes interessados a necessidade de um ou mais módulos específicos, conforme apontado pela equipe técnica, como pode ser observado na Análise Técnica expedida.

1. Exigências do edital

De acordo com o edital (página 13, seção “7.4 PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA”), são exigidos:

- **Atestados de capacidade técnica** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços relacionados ao objeto licitado.
- **Comprovação de vínculo formal** entre o profissional técnico e a empresa, mediante registro em carteira ou contrato.
- **Conhecimento específico no sistema Betha**, detalhando os módulos ou subsistemas utilizados, considerando a complexidade e abrangência da contratação.
- Experiência específica na área pública, com foco em contabilidade pública, em conformidade com o objeto da licitação.

Essa ausência de clareza nas exigências, especialmente no que tange à obrigatoriedade de detalhamento específico sobre os módulos do sistema, compromete a segurança jurídica do processo licitatório e prejudica a equidade entre os participantes.

A falta de previsibilidade e de transparência nesse aspecto pode gerar dúvidas legítimas e acarretar a interpretação de que a exigência foi imposta de forma imprevista, o que contraria **os princípios da publicidade e da isonomia** que regem os procedimentos licitatórios.

Caso a intenção fosse limitar a aceitação dos atestados, exclusivamente, a entidades de direito público, tal delimitação deveria ter sido expressamente indicada no referido Edital, garantindo, assim, a clareza e a previsibilidade dos requisitos para todos os licitantes.

A ausência dessa restrição explícita demonstra que a intenção do edital foi assegurar a **flexibilidade e a abrangência** na comprovação da capacidade técnica, sem criar obstáculos desnecessários à participação de Licitantes que atendem às condições essenciais estabelecidas.

Na análise dos documentos apresentados, a decisão de desqualificar a **Recorrente** com base na alegada ausência de especificidade sobre quais módulos do **sistema Betha** foram dominados pela equipe de análise técnica

revela, de maneira clara, uma interpretação subjetiva e desarrazoada dos requisitos do edital.

Não há, nem no Edital, nem Termo de Referência e nem Estudo Técnico Preliminar, qualquer previsão expressa no edital da licitação quanto à necessidade de detalhamento dos módulos específicos do sistema, o que demonstra, sem margem para dúvida, a imposição de uma exigência **não prevista originalmente**, conforme foi apontada pela equipe Técnica, como pode ser observado abaixo:

2. Avaliação dos documentos apresentados

2.1. Atestado interno emitido pela própria empresa

O atestado apresentado declara que a colaboradora Viviane Sartor possui domínio em "diversos módulos" do sistema Betha. No entanto:

- **Origem inadequada:** O documento foi emitido pela própria empresa (ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA), configurando uma declaração interna, e não um atestado externo emitido por uma pessoa jurídica contratante, como exige o edital.
- **Falta de especificidade:** O atestado não especifica quais módulos do sistema Betha são dominados pela colaboradora, deixando de atender à necessidade de detalhamento técnico requerida pelo edital.

Ademais, a empresa habilitada **PONTOGOV SISTEMAS LTDA, CNPJ 24.968.005/0001-70**, também não foi sujeita a essa mesma cobrança e crivos da equipe técnica, o que revela uma flagrante discrepância de tratamento entre os licitantes e configura um claro desequilíbrio no processo licitatório, sem o cumprimento dos **Princípios de Isonomia, Julgamento Objetivo e Legalidade**.



MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antônio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina
Contato: (47) 3545-8700
www.pousoredondo.sc.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Pouso Redondo, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.681/0001-26, ATESTA para os devidos fins que a Empresa **PONTOGOV SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 09.209.146/0001-16, situada a Rua Herbert Zink, 161, Ed. Monastrell, Sala 104, Centro, Município de Presidente Getúlio/SC, tem conhecimento para operacionalização dos sistemas da empresa Betha Sistemas.

Pouso Redondo, 13 de dezembro de 2023



MAIKEL VERDI
Responsável pela Secretaria de Finanças

O que se observa, portanto, é uma postura arbitrária e desprovida de **fundamentação objetiva**, que contraria **os princípios da isonomia, publicidade e transparência** que norteiam a Lei de Licitações.

O edital foi claro ao exigir a comprovação do **"conhecimento dos sistemas Betha"**, sem que fosse necessário especificar cada módulo, e a cobrança adicional de tal exigência em relação à recorrente, sem que tenha sido imposta a outros participantes, evidencia a arbitrariedade e o desrespeito ao devido processo administrativo. Isso, por sua vez, fere frontalmente os preceitos da legalidade e da objetividade exigidos pela legislação vigente, **prejudicando a lisura e a competitividade do certame**.

Outro ponto apontado pela equipe técnica foi a falta de comprovação de vínculo formal entre o profissional e a empresa, conforme a pode ser observado abaixo:

1. Exigências do edital

De acordo com o edital (página 13, seção “7.4 PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA”), são exigidos:

- **Atestados de capacidade técnica** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços relacionados ao objeto licitado.
- **Comprovação de vínculo formal** entre o profissional técnico e a empresa, mediante registro em carteira ou contrato.
- **Conhecimento específico no sistema Betha**, detalhando os módulos ou subsistemas utilizados, considerando a complexidade e abrangência da contratação.
- Experiência específica na **área pública**, com foco em contabilidade pública, em conformidade com o objeto da licitação.

Nesse âmbito, não foi realizada qualquer solicitação de diligência para a devida comprovação do vínculo formal empregatício da colaboradora mencionada, cuja relação de emprego foi atestada de maneira formal pela própria empresa recorrente, a qual apresentou o respectivo certificado, devidamente divulgado e acessível no processo.

Tal omissão, em não requerer esclarecimentos adicionais sobre o vínculo empregatício, não revela apenas a inexistência de questionamentos formais como, também, assegura a regularidade do ato, divulgada pela Recorrente, considerando que o certificado foi devidamente disponibilizado e não impôs qualquer obstáculo ao exame da sua veracidade, que foi comprovada pela equipe técnica.

A empresa se comprometeu **formalmente a atestar a qualificação técnica** da colaboradora **VIVIANE SARTOR**, cuja competência técnica foi questionada, esclarecendo que não se trata de um conhecimento oriundo de fonte inadequada, como pode ser observado no recorte do parecer logo abaixo:

2. Avaliação dos documentos apresentados

2.1. Atestado interno emitido pela própria empresa

O atestado apresentado declara que a colaboradora **Viviane Sartor** possui domínio em “diversos módulos” do sistema Betha. No entanto:

- **Origem inadequada:** O documento foi emitido pela própria empresa (ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA), configurando uma declaração interna, e não um atestado externo emitido por uma pessoa jurídica contratante, como exige o edital.
- **Falta de especificidade:** O atestado não especifica quais módulos do sistema Betha são dominados pela colaboradora, deixando de atender à necessidade de detalhamento técnico requerida pelo edital.

Logo, a não realização de diligências sobre o vínculo formal entre a recorrente e a prestadora de serviços, dá a entender que quaisquer dúvidas foram sanadas.

Por fim, no que tange o atestado de conhecimento no sistema Betha, é **imprescindível** abordar a **análise do certificado divulgado**, que, ao ser examinado pela equipe técnica, foi alvo de **alegações questionáveis**. Primeiramente, a equipe de análise técnica afirmou que a duração do curso se caracterizou como insuficiente, mas é necessário questionar: com base em quais parâmetros objetivos e previstos no edital essa avaliação foi realizada? O edital, em sua redação, foi omissivo quanto à definição precisa de **carga horária mínima**, o que torna qualquer julgamento sobre a "insuficiência" da duração **totalmente questionável e carece de um fundamento claro e transparente**.

2.3. Certificado de treinamento Betha

A empresa apresentou um certificado de curso sobre PPA/LDO/LOA com duração de menos de 4 horas. Contudo:

- **Duração insuficiente:** Um treinamento de curta duração não proporciona a profundidade e abrangência necessárias para atender às exigências do edital, que envolve atividades complexas em contabilidade pública.
- **Cobertura limitada:** O curso aborda apenas um componente do módulo de Planejamento do sistema Betha, enquanto o edital exige conhecimento em diversos módulos, como Contábil, Tesouraria, Folha de Pagamento, Contratos e Convênios, entre outros.
- **Emissão tardia:** Ao verificar o QR Code do certificado, constatou-se que ele foi emitido em 16/12, após a fase em que o documento deveria ter sido apresentado, o que o torna inelegível.

Em segundo plano, a análise também mencionou que a cobertura do curso seria "limitada", porém, essa alegação novamente **se apoia em uma falha do próprio edital**, que apenas exigiu o "**conhecimento nos sistemas Betha**", **sem detalhar quais aspectos ou módulos específicos deveriam ser abrangidos no atestado**. Essa **falta de clareza no instrumento convocatório gera margem para interpretações subjetivas e não fundamentadas, comprometendo a objetividade da avaliação**. Cabe destacar, que a empresa habilitada, **PONTOGOV SISTEMAS LTDA, CNPJ 24.968.005/0001-70**, também não evidenciou em seu atestado julgado como válido: o volume em horas operando o sistema ou módulos específicos, o que pode violar o princípio da isonomia.

Ademais, quanto à alegada "**emissão tardia**" do certificado, vale ressaltar que a data de emissão foi corretamente verificada por meio do QR Code, o qual apontou a data de **16/12/2024**. No entanto, essa análise desconsidera um ponto fundamental: o certificado **foi emitido na data da solicitação**, o que não compromete, de forma alguma, a validade do documento. Considerar essa emissão como um fator de inelegibilidade é, portanto, **uma avaliação equivocada e injustificada**.

A equipe técnica ainda apontou que existe a diferença entre contabilidade pública e privada, argumentando que a contabilidade pública possui objetivos claros e normas específicas, orientadas pelo MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e sua legislação pertinente e que apresentam diferenças relevantes entre contabilidade privada, como pode ser observada abaixo:

3. Considerações adicionais

Diferenças entre contabilidade pública e privada

A contabilidade pública possui objetivos e normas específicas, orientadas pelo MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e legislações pertinentes, que diferem significativamente da contabilidade privada. Essas distinções são fundamentais para atender ao objeto do edital, mas não foram evidenciadas nos documentos apresentados.

Insuficiência dos documentos apresentados

Com base nas exigências do edital, os documentos enviados não demonstram:

- A experiência prática exigida em contabilidade pública;
- A comprovação de uso específico dos módulos do sistema Betha aplicáveis ao objeto da licitação;
- A qualificação técnica alinhada à complexidade do certame.

Entretanto, é importante ressaltar, mais uma vez, a ausência de um termo específico no edital que tenha delimitado ou exigido detalhamento adicional sobre os requisitos para a qualificação técnica, como por exemplo, a necessidade de especificação de módulos do sistema Betha, como também sobre a **contabilidade pública**, como pode ser visto abaixo:

7.4 PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.4.1.1. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste conhecimento dos sistemas Betha

7.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

7.4.5. Comprovação de vínculo, por meio de registro em carteira ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução do serviço e a proponente de no mínimo um Contador ou Técnico Contábil com a devida comprovação de formação.

a) Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser realizada por meio contrato social ou documento equivalente

Fica claro no edital que “os atestados poderão ser apresentados... **e fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado**”. Entende-se então que atestados emitidos por pessoa de direito privado atenderia plenamente ao edital. Ademais, caso queiram que **somente** empresas com atestado de capacidade técnica emita por pessoa jurídica de direito público que deixasse claro no edital, similar ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 90005/2024 do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina UASG 389187, podendo ser observado abaixo:

11.10. Qualificação Técnica

11.10.1. Apresentação de pelo menos 2 (duas) comprovações de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, não deve ser inferior a 1 (um) ano, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.10.2. Apresentação de pelo menos 1 (uma) comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, não deve ser inferior a 3 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por conselho profissional (autarquia federal).

11.10.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

11.10.3. Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Essa omissão no instrumento convocatório gera uma **falha formal** que compromete a clareza das exigências do certame e pode ser interpretada como um fator que prejudica a **segurança jurídica do processo licitatório**. Portanto, é imprescindível destacar que a recorrente atendeu plenamente às exigências do edital, e a **ausência de uma exigência específica quanto à qualificação técnica de seus serviços, advindas por parte da equipe técnica, não pode ser utilizada como justificativa para a sua inabilitação**.

A Recorrente, **ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA**, em sua defesa, apresentou diversos atestados, são eles **Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas e Passageiros em Geral (COOPERCAM)**, **FCB-Transporte Logística e Serviços Gerais LTDA** e **SOLLO Construções e Serviços LTDA**, que comprovam sua ampla experiência na prestação de serviços contábeis, destacando-se pela **qualidade e pelo reconhecimento de sua atuação**, classificada como **contabilidade de alto nível (PREMIUM)**. Esses atestados evidenciam o domínio da empresa tanto na contabilidade privada quanto na pública, o que não apenas demonstra sua capacidade técnica, mas também assegura que sua atuação não prejudicaria a administração pública de forma alguma.

No mais, a Recorrente possui **pleno domínio e capacidade técnica** para desempenhar **com excelência** todos os serviços exigidos pela complexidade da **CONTABILIDADE PÚBLICA**. Sua vasta experiência, comprovada por atestados de capacidade técnica e reconhecimentos no mercado, demonstra a aptidão para atuar em conformidade com as exigências legais e regulamentares que regem a administração pública.

Além disso, sua equipe altamente qualificada, aliada a uma estrutura sólida e processos eficientes, assegura a entrega de soluções contábeis de alta qualidade, sem comprometer a integridade e a transparência exigidas para o bom funcionamento da administração pública. **Diante disso, a empresa está completamente habilitada a atender com competência todas as demandas, garantindo a precisão e a conformidade das informações contábeis no âmbito público.**

Portanto, a avaliação técnica, ao desconsiderar as omissões do edital e ao fazer interpretações imprecisas sobre os documentos apresentados, revela-se errônea e sem respaldo jurídico, carecendo de uma revisão atenta e fundamentada nos princípios da **legalidade, transparência e da isonomia**.

Destarte, não há como declarar **ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA** inabilitada, e nem **PONTOGOV SISTEMAS LTDA, CNPJ 24.968.005/0001-70**, vencedora do certame, tendo em vista o flagrante e inequívoco risco de prejuízo à Administração Pública e o não atendimento aos Princípios Institucionais do Processo Licitatório.

IV-DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, de tudo mais o que consta nos autos, e tendo a devida compreensão de que a **ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA**, CNPJ nº 41.246.946/0001-10, apresentou o melhor preço, atendeu às exigências legais e editalícias, e que goza da necessária capacidade técnica operacional.

Desse modo, requer-se que seja o presente recurso levado ao conhecimento da autoridade competente desse Município de Schroeder, para apreciação e provimento do presente recurso, no sentido de:

- a) Declarar nulidade da decisão que habilitou e aceitou a proposta do licitante **PONTOGOV SISTEMAS LTDA, CNPJ 24.968.005/0001-70**, em flagrante a violação aos princípios constitucionais e legais apontados e o não atendimento a exigência da equipe técnica quanto a especificação dos módulos do curso do Sistema Betha.
- b) Com fundamento do art. 71, da Lei nº 14.133/2021, declarar nulo a inabilitação da Recorrente, em todos os seus termos.
- c) Declarar Habilitada a **ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA**.

Termos em que pede e espera o deferimento.

Brasília, 20 de dezembro de 2024.

ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA

William Silva de Almeida
Sócio Administrador